

AÇÃO SOCIAL

Presidente admite falhas na execução de programas como o Bolsa-Família, manifesta solidariedade ao ministro Patrus Ananias e recomenda correção imediata dos problemas para iniciar bem o próximo ano

Lula: "Pode ter desvio, sim"

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que existem desvios na execução dos diversos programas sociais do governo. Em discurso de cerca de 45 minutos, durante reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Lula admitiu falhas no Bolsa Família e reconheceu que é impossível haver um controle total dos programas sociais do seu governo. Apesar do mea culpa, o presidente defendeu os projetos sociais do governo e o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

"De vez em quando as pessoas falam que o cadastro do Bolsa Família, não faz isso, não faz aquilo. Ora, até um supermercado importante como o Pão de Açúcar trabalha com a possibilidade de um por cento de roubo, você imagina num programa com 5 milhões de cartões, você pode ter desvio, sim", afirmou o presidente.

Segundo Lula, para as políticas públicas sociais darem certo no país é preciso que a sociedade tenha a consciência e a certeza de que o que está sendo feito é o melhor, e que quando surgirem os erros é necessário corrigi-los. "Temos toda sensibilidade para, na medida que descobramos erros, entendermos e corrigirmos a trajetória", disse Lula.

O presidente Lula se referiu a uma reportagem do *Fantástico* que mostrou problemas no Bolsa Família e disse que os fatos mostrados no programa ajudam o governo a perceber os erros. "Na hora que a gente percebe que tem gente no nosso meio que está cometendo erros, está com tendo uma política incorreta, nós temos que punir essa pessoa", disse Lula.

Lula disse que o governo "não pode deixar a peteca cair" no combate à fome. "Acho que a matéria (do *Fantástico*) foi im-

portante. Temos que aprender a aceitar as coisas como elas são. Temos a consciência e a certeza de que estamos fazendo o melhor que podemos fazer, mas também temos que ter consciência e sensibilidade para reconhecer os erros", disse Lula.

O presidente voltou a defender o trabalho conjunto do governo federal com as prefeituras, no sentido levar as políticas sociais públicas para os que precisam. "Os prefeitos sozinhos não dão conta de um programa dessa magnitude. E nós não podemos prescindir do controle social das políticas públicas que o governo tem que ter".

Sobre as críticas ao Bolsa-Família, Lula disse que "se fosse fácil, alguém já teria feito", e não se deu conta que utilizou na defesa do programa o mesmo bordão utilizado por José Serra em sua campanha à Presidência da República em 2002.

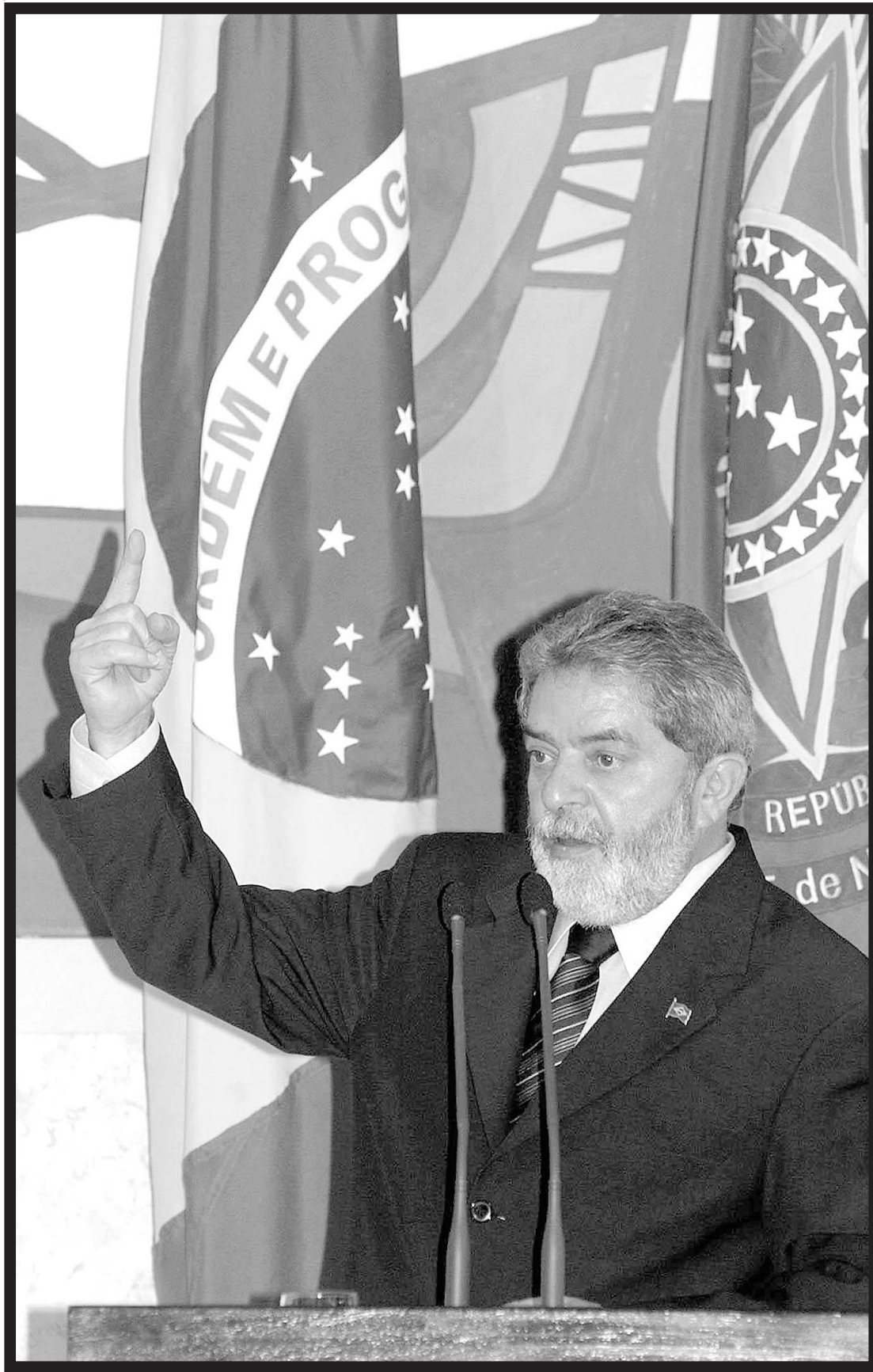
Apoio

O presidente Lula aproveitou a reunião do Consea para apoiar o ministro Patrus Ananias, alvo de críticas devido as falhas detectadas nos programas sociais do governo. Nos últimos dias, Ananias chegou a ser cotado como um dos ministros que serão substituídos na reforma ministerial que o presidente Lula pretende executar no final do ano.

"Serei sempre seu parceiro para navegar em mares revoltos", disse Lula se dirigindo a Ananias. Para Lula, todos no governo têm muito trabalho pela frente para acabar com os problemas detectados nos programas sociais. "É preciso que se revejam todos os defeitos para entrar em janeiro com o time como nos melhores tempos do Santos", disse o presidente, mais uma vez utilizando uma metáfora futebolística.

Na reunião do Consea, Lula recebeu a medalha de ouro Aliança Internacional Contra a Fome, oferecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

José Cruz/ABr



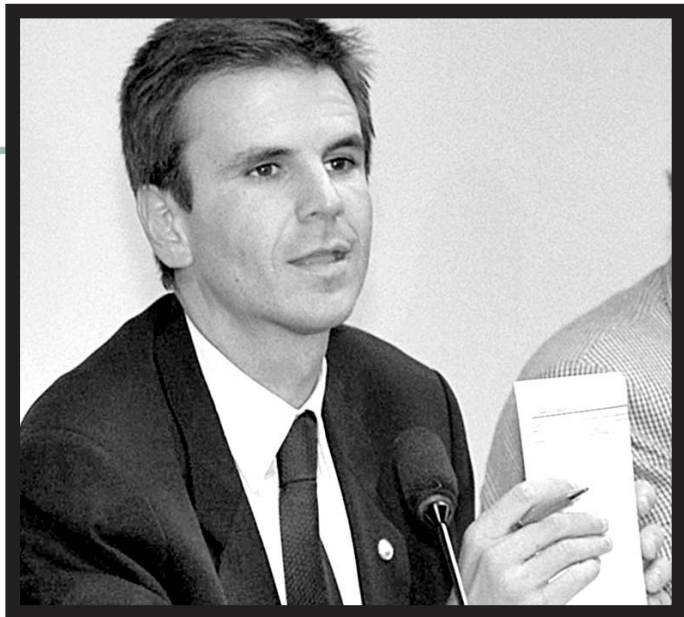
PRESIDENTE LULA DETERMINOU QUE SEJAM REVISTOS OS PROGRAMAS PARA QUE OS DEFEITOS POSSAM SER SANADOS

Crítica ao Congresso

Em discurso durante reunião do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), ocorrida ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se defendeu das críticas de que edita muitas medidas provisórias. Ele responsabilizou o Congresso Nacional pelo excesso de medidas provisórias editadas pelo governo. Segundo o presidente, a demora nas votações obriga o Poder Executivo a utilizar esse tipo de instrumento para que não haja uma paralisação nas atividades do governo.

"Muitas vezes, as pessoas se queixam que tem muita medida provisória. Mas nós não temos como parar. Independentemente do processo eleitoral, os ministros precisam que as coisas sejam votadas e aprovadas", disse Lula. "Por mim, eu mandaria tudo como projeto de lei. Acontece que nem sempre as coisas são votadas tão rápido como nós gostaríamos", afirmou o presidente. Além da falta de quórum para votações no Congresso, devido ao segundo turno das eleições presidenciais, três medidas provisórias trancam a pauta do Senado, enquanto 15 outras obstruem as votações na Câmara. O presidente disse ainda esperar que até o final deste ano ou início de 2005 a Câmara aprove o projeto da nova Lei de Biossegurança.

Gustavo Miranda/AG/23.2.00



EDUARDO PAES (PSDB-RJ): "NÃO CONSEGUIMOS ENXERGAR ONDE MEXER"

Orçamento inviabiliza novo sistema

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo quer criar um sistema mais eficaz para dar assistência às famílias, unificando as ações sociais em um programa universal de atendimento, o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Mas a intenção não foi sinalizada com dinheiro. A proposta orçamentária de 2005 enviada pelo governo ao Congresso Nacional não prevê verba para o investimento na criação do Suas. Em pelo menos três importantes programas sociais destinados ao amparo de pessoas em situação de risco houve redução de investimentos. A cobrança por mais recursos será um dos temas tratados em seminário hoje na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

A providência de universalizar e unificar as ações de amparo a crianças, jovens e idosos em

situação de risco foi tomada em 22 setembro, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a nova política do setor, que prevê a criação do Sistema Único de Assistência Social. A proposta agora depende de regulamentação. A previsão do governo é de que o projeto seja aprovado e passe a vigorar no ano que vem. "Não conseguimos enxergar onde o governo pretende mexer no Orçamento para viabilizar a implementação do Suas", diz o presidente da Comissão de Seguridade Social, Eduardo Paes (PSDB-RJ).

O presidente da Subcomissão de Assistência Social, Eduardo Barbosa (PSDB-MG) apresentará durante seminário na Comissão de Seguridade números do Orçamento que considera insuficientes para a empreitada a que governo se propõe em 2005 na área social. Um dos poucos programas que receberá um aporte

de verbas é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) com recursos estimados em R\$ 8,5 bilhões, 16,39%. O deputado pondera que o aumento do BPC não representa um aumento real na elaboração de uma nova política, uma vez que o projeto é uma obrigação legal e vinculada ao aumento do salário mínimo. "A lógica do Orçamento é a mesma que está sendo executada hoje, ou seja, não há previsão de novos recursos para o sistema único, que requer um suporte para implementação de redes de atendimento nos municípios", cita Eduardo Barbosa.

A proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social pretende trabalhar a assistência de núcleos familiares por meio da implantação de Centros de Referência da Assistência Social em municípios considerados estratégicos. Semelhante ao que ocorre na Saú-

de, o atendimento seria universalizado e em casos de alta complexidade os municípios teriam autonomia para transferir o atendimento a outra cidade melhor preparada. "Montar uma estrutura como essa depende de investimento nos municípios", reforça o deputado Barbosa.

De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria Nacional de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério da Assistência Social, a unificação da rede de atendimento de programas reduzirá e racionalizará gastos o que permitirá um reaquecimento de recursos para as ações prioritárias. A secretaria também informou que a discussão do sistema único passará pela redefinição de responsabilidades dos municípios e estados, que deverão contribuir com recursos para o funcionamento do Suas.

MENOS RECURSOS PREVISTOS PARA 2005

Ação	Orçamento 2004 em R\$	Proposta orçamentária para 2005 em R\$
Serviço de Ação Continuada para atender crianças de 0 a 6 anos	266,3 milhões	263,2 milhões
Serviço de Ação Continuada para atender portadores de deficiência	77,9 milhões	77 milhões
Serviço de Ação Continuada para atender idosos	36,4 milhões	36 milhões
Produção Inclusiva (criação de emprego)	13,4 milhões	13 milhões
Outras ações	923 mil	0

ELETRONUCLEAR
ELETROBRÁS
TERMONUCLEAR S.A.

Ministério de
Minas e Energia

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS

Eletrobrás

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº GCC.A/TP-048/2004

1) Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear comunica que realizará Licitação na modalidade de "Tomada de Preços", sob o regime de preços unitários, não se admitindo a participação de empresas em consórcio, para a prestação de serviços de Apoio Administrativo, a serem realizados no escritório da ELETRONUCLEAR, na cidade de Brasília-DF. 2) É condição indispensável para a participação, além de outras estabelecidas no Edital, que as empresas estejam com o seu cadastro atualizado na Eletronuclear e possuam pertinente Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pela Eletronuclear até o dia da apresentação das Propostas. 3) O Edital completo poderá ser consultado e, se interessar, obtido no horário de 09:00 às 16:00 horas, na Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear - Gerência de Contratação e Controle Contratual - GCC.A, Rua da Candelária, nº 65 - 12º andar - Rio de Janeiro-RJ, ou no escritório de Brasília, SBN - Quadra 2 - Bloco F - Edifício Via Capital 15º - salas 1505 a 1508 - Brasília-DF, mediante pagamento da taxa de R\$ 20,00 (vinte reais). O pagamento do valor mencionado deverá ser efetuado previamente, na Tesouraria da Eletronuclear, no mesmo endereço, 3º andar, ou no endereço do escritório de Brasília acima. 4) A entrega dos Envelopes, contendo a Proposta, se dará às 10:00 (dez) horas do dia 19/11/2004, na Eletronuclear, na Rua da Candelária, nº 65 - 12º andar, ocasião em que serão abertos na forma e condições previstas no Edital. 5) Esta licitação será regida pela Lei nº 8.666/93 e terá como critério de julgamento o de Menor Preço.

Celso Antonio Guimarães
Gerente de Contratação e Controle Contratual - GCC.A